



Sessão Temática 3: Políticas públicas, dinâmicas demográficas e planejamento urbano e regional

URBANIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA URBANA: REFLEXÕES SOBRE A MOBILIDADE URBANA NO MUNICÍPIO DE IJUÍ-RS

**URBANIZACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUCTURA URBANA: REFLEXIONES
SOBRE LA MOVILIDAD URBANA EN EL MUNICIPIO DE IJUÍ-RS**

**URBANIZATION AND PUBLIC POLICIES OF URBAN INFRASTRUCTURE: REFLECTIONS ON
URBAN MOBILITY IN THE MUNICIPALITY OF IJUÍ-RS**

**Tarcisio Dorn de Oliveira¹, Franciele Zientarski Engerhoff², Caroline
Prediger da Pieve³, Geovane Schulz Rodrigues⁴**

¹ Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Desenvolveu Estágio Pós-Doutoral em Arquitetura e Urbanismo pela Atitus Educação.

² Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista Prosuc/Capes.

³ Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista Prosuc/Capes.

⁴ Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista Prosuc/Capes.

Palavras-chave: Mobilidade. Urbanização. Desenvolvimento. Planejamento.

Palabras clave: Movilidad. Urbanización. Desarrollo. Planificación.

Keywords: Mobility. Urbanization. Development. Planning.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização trouxe grandes mudanças para o estilo de vida dos moradores das grandes cidades. Uma delas, sem dúvida, está relacionada à forma como a população se desloca dentro da cidade para cumprimento de seus afazeres diários e rotineiros, desde a ida para o trabalho até a realização de uma atividade de lazer ao ar livre. Assim, com cada vez mais pessoas morando nas cidades, a mobilidade urbana se tornou um problema que impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas. Congestionamentos, transporte público deficiente, ausência de estimulação a outros meios de transporte, poluentes veiculares e acidentes de trânsito com vítimas, são algumas das consequências oriundas de uma mobilidade urbana deteriorada (Carvalho, 2014). Desta forma, trazer a discussão da população e dos gestores públicos temas relacionados à mobilidade urbana e a qualificação do sistema de transporte público se torna de extrema importância.



O reordenamento territorial, o envelhecimento populacional e o impacto econômico desse fenômeno no sistema de transporte público, o crescimento do transporte individual e o incentivo de criação de fontes extra tarifárias para o custeio do sistema de transporte, consequentemente são alguns dos exemplos de temas vinculados a mobilidade urbana e podem, sem dúvidas, embasar a formulação de políticas públicas capazes de melhorar a qualidade da vida das pessoas. A participação da sociedade, segundo Buarque (2006), implementa e assegura um processo de decisão compartilhada sobre as ações necessárias e adequadas ao desenvolvimento local, desde a compreensão e o conhecimento da realidade até a definição e a implementação das ações. Sendo assim pretende-se, apresentar aspectos do município de Ijuí relacionados a urbanização e políticas públicas nas áreas de transportes e circulação e para isso, estuda-se o Plano de Mobilidade Urbana Municipal, elaborado no ano de 2010, que apresenta soluções para os temas relacionados à mobilidade urbana.

METODOLOGIA

O presente ensaio teórico trata-se de uma pesquisa descritiva e a metodologia utilizada para a elaboração do artigo foi o levantamento de arquivos bibliográficos existentes, os quais trouxeram embasamento para a formulação do presente estudo. A temática em questão correlaciona os temas de urbanização, planejamento urbano, políticas públicas e mobilidade urbana. A partir dos dados obtidos, realizou-se a análise e interpretação das informações, mesclando-as de maneira a conseguir uma maior compreensão sobre o tema abordado.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Discutir e implementar políticas públicas em qualquer área de atuação exige conhecimento e discussão dos temas relevantes envolvendo o assunto em questão. No caso da mobilidade urbana, faz-se necessário contextualizar num primeiro momento tópicos relacionados ao processo de urbanização, fenômeno que alterou significativamente o estilo de vida, a cultura e o comportamento da população mundial e fez com que esta passasse a residir, em grandes proporções, em áreas urbanas. A forma como as pessoas passaram a se deslocar dentro desses centros urbanos se transformou em um desafio para a população e para os gestores públicos, o que evidencia, ainda mais, a importância da cidade em estar em constante aprimoramento do sistema de mobilidade urbana. Por fim, apresentar a realidade da cidade de Ijuí que, ao editar um Plano de Mobilidade Urbana para a cidade, procurou qualificar esse sistema de deslocamento intraurbano.

Urbanização e políticas públicas de infraestrutura urbana

A urbanização é um processo contemporâneo que transformou significativamente o ambiente construído. Durante muito tempo a população era predominantemente rural, ou seja, residia em áreas afastadas dos centros urbanos. Entretanto, a busca por melhores condições de vida e oportunidades de emprego fizeram com que essas pessoas passassem a residir nas cidades, que, em razão disso, aumentaram significativamente de tamanho. Esse fenômeno, segundo o IBGE (2022), faz com que a população das cidades aumentasse proporcionalmente mais que a população do campo, ou seja, faz com que o crescimento urbano seja superior ao crescimento rural. No Brasil, são feitos levantamentos pelo IBGE a cada dez anos, e referido processo de



urbanização ocorreu de forma muito evidente por volta da década de 1970, quando a população que residia nas cidades ultrapassou a que residia em áreas rurais.

E mais, as projeções futuras indicam que as cidades tendem a aumentar cada vez mais de tamanho. A OMS (2019) afirma que por volta de 2050, quase 70% da população mundial residirá em áreas urbanas. Essas projeções se mostram importantes para que o poder público defina as prioridades políticas de crescimento e promova um desenvolvimento rural e urbano inclusivo e equitativo (OMS, 2019). Se evidencia, nesse momento, a importância que o planejamento urbano tem dentro desse processo de urbanização, a fim de promover um desenvolvimento organizado e inteligente que beneficie toda a população residente dentro daquela cidade. Sendo assim as políticas públicas de infraestrutura urbana se tornam grandes aliadas para garantir a qualidade de vida dos cidadãos de forma resiliente.

Sendo assim, a união de estruturas físicas, sistemas e serviços primordiais para a performance de uma sociedade é denominada como infraestrutura que abarca diversos elementos que sustentam a existência de uma cidade ou local em específico. Neste sentido o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito federal- IPEDF (2022) salienta que a análise da infraestrutura urbana das cidades é de fundamental importância, pois identifica as problemáticas, visando melhorar os aspectos positivos e negativos do espaço e que em razão disso é possível desenvolver políticas públicas que visem a resolução dos problemas já existentes e, também, prever quais serão as demandas futuras. Nesta perspectiva, algumas das principais formas de políticas públicas de infraestrutura urbana são aquelas que garantem uma moradia digna a toda população, políticas de mobilidade urbana para todas as classes e principalmente para os grupos mais vulneráveis e de baixa renda.

Sendo assim, a mobilidade como parte de política pública de infraestrutura urbana é a condição de poder se deslocar com a finalidade de poder realizar/desenvolver relações sociais ou econômicas. Destarte, grandes centros urbanos enfrentam desafios relacionados a esta condição, uma vez que muitos deles se originaram do rápido e desordenado crescimento das cidades ocorrido após o início da industrialização brasileira e se estendem até os dias atuais (Carvalho, 2016). Desta forma o sistema de mobilidade interurbano é um exemplo clássico desse descompasso entre crescimento populacional e ausência de planejamento e merece ser debatido, a fim de embasar a formulação de políticas públicas.

O reordenamento do território urbano é um dos principais desafios emergentes do sistema de mobilidade das grandes cidades. Carvalho (2016), menciona que a forma como as cidades crescem é excludente, pois direciona as pessoas de baixa renda para as áreas periféricas, afastando-as dos centros urbanos. À medida que as fronteiras urbanas se expandem em razão das maiores distâncias percorridas o curso do transporte também vai aumentando (Carvalho, 2016). Uma das soluções propostas pelo referido autor é estabelecer políticas públicas de adensamento urbano e distribuição de empregos pelo território, aproximando essa população das áreas de maior dinamismo econômico-social, ou, inversamente, proporcionando maior desenvolvimento das áreas mais periféricas, para reduzir, assim, a necessidade de grandes deslocamentos por parte dessas pessoas.

Outro desafio que o sistema de mobilidade urbana deverá encontrar em um futuro próximo se relaciona com o envelhecimento populacional devido a queda da fecundidade e do aumento



da expectativa de vida dos brasileiros. Segundo Carvalho (2016), esse fenômeno trará muitos impactos para a sociedade, dentre eles para a economia do sistema de mobilidade urbana das grandes cidades a longo prazo. Deste modo é notório que o Brasil está vivenciando uma transição demográfica, onde as características de idade da população estão se modificando com o passar do tempo, relacionando de forma intrínseca mobilidade e envelhecimento populacional.

A troca da utilização do transporte público pelo uso individual também merece ser discutida, uma vez que gera grande impacto no sistema de mobilidade urbana como um todo. Houve, devido a uma forte política de atração dos investimentos da indústria automobilística ocorrida desde a década de 1990, uma queda na utilização do transporte público pela população dos centros urbanos (Carvalho, 2016). Essa lógica individualista estruturada no transporte individual trouxe inúmeras consequências para a sociedade, dentre elas o aumento do número de acidentes e mortes no trânsito, congestionamentos e poluição veicular (Carvalho, 2016). Para reverter esse cenário, priorizar e qualificar o transporte público é, sem dúvida, uma das principais formas de melhorar o deslocamento interurbano.

Um planejamento urbano eficiente e a implementação de políticas públicas eficazes têm a capacidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas que diariamente necessitam transitar pela cidade e pelos espaços públicos. Daí a importância de se discutir entre a população e os gestores públicos os assuntos que permeiam o tema a fim de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de mobilidade urbana das grandes cidades.

Mobilidade urbana no município de Ijuí-RS

A cidade de Ijuí situa-se ao sul do Brasil, mais precisamente no noroeste do estado do Rio Grande do Sul e é um município que possui uma infraestrutura de grande valor para o desenvolvimento regional, pois destaca-se principalmente nas áreas de educação e da saúde. De acordo com o IBGE (2022), a população estimada no município é de 84.780 mil habitantes, sendo que deste número aproximadamente 7.000 pessoas residem na área rural. A taxa de urbanização do município é de aproximadamente 91%, deste modo é notório que a malha territorial da cidade ao longo do tempo foi se estruturando e nem sempre permaneceu de forma uniforme e contínua, pois reflete tanto no crescimento populacional quanto nas influências causadas pela cultura e economia da região, sendo assim foi imprevisível pressupor como a população iria se dispor dentro do espaço urbano.

Com uma mescla de ruas com formatos bem planejados e outros com um traçado mais orgânico e irregular o território Ijuicense possui uma extensão de 688,98 Km² (IBGE, 2022), e grande parte do comércio e serviços essenciais se concentram na área central, enquanto em áreas mais afastadas existe um aglomerado de zonas residenciais. A mobilidade urbana então se torna uma questão primordial, pois as pessoas precisam se deslocar para uma ponta a outra da cidade por diferentes razões. Nesta perspectiva, no ano de 2010 então é criado o Plano de mobilidade urbana de Ijuí que contempla orientações voltadas para o transporte e circulação dentro do município.

O PlanMob (2010), tem como principal finalidade propor diretrizes específicas para as redes de mobilidade urbana, de forma a prover a cidade com sistemas de circulação que



contemplem a movimentação de pessoas e de bens, envolvendo todos os modos de deslocamento, toda a infraestrutura e todos os fatores que produzem as necessidades de viagens, motorizadas ou não. Para a implementação a rede de mobilidade deve satisfazer alguns pontos básicos como, por exemplo, favorecer a utilização de transporte público, promover a valorização dos pedestres com infraestruturas adequadas que garantam acessibilidade universal para deslocamentos peatonal, além disso estimular a mobilidade de todas as pessoas das mais diversas classes sociais. Sendo assim, no plano de mobilidade urbana de Ijuí são criadas estratégias para diversos tópicos de transporte público, rotas cicláveis, vias de pedestres e equipamentos de apoio.

A Constituição Federal do Brasil define o transporte coletivo urbano como um serviço público de caráter essencial e que deve ter como pressuposto o fato de que o bom desempenho do transporte é parte fundamental da estrutura de funcionamento de uma cidade e essencial para a vida da população. Sendo assim, no plano, no que diz respeito ao transporte público foram levantadas premissas que sugerem a criação de vias com redes hierárquicas, além da expansão das linhas de ônibus para bairros com maior número populacional e de conexão entre linhas dos bairros com o centro e integração física e tarifária no terminal central, uma vez que muitas pessoas necessitam trocar de linha para chegar no destino desejado.

Araújo (2014), define que rota ciclável constitui a interligação entre um par de Origem e Destino, através do uso de todas as vias e caminhos disponíveis, desde que sejam minimamente preparados para garantir segurança à mobilidade dos ciclistas. Logo, rotas cicláveis são definidas como o espaço destinado ao trânsito de bicicletas e veículos similares e no PlanMob (2010), o objetivo principal do sistema ciclovitário em Ijuí, além do atendimento aos atuais usuários, é de estimular à utilização maior deste modal enquanto forma de transporte nos deslocamentos cotidianos, contribuído de forma geral para a sustentabilidade ambiental da cidade além de em alguns momentos ser estimulado o seu uso como lazer e, por consequência, favorecimento à saúde da população em geral.

Políticas públicas que visem uma infraestrutura adequada com calçadas bem pavimentadas, niveladas, sem obstrução e com acessibilidade de rampas e pisos táteis, faixas de pedestres bem localizadas, iluminação adequada e interligação entre rotas de transporte público, garantem o melhor deslocamento peatonal. Em vista disso, o provimento de infraestrutura qualificada para a circulação de pedestres objetiva o estímulo à realização de caminhadas para acesso às funções urbanas de forma confortável e segura, bem como uma prática saudável, lúdica e ecologicamente correta de promoção da mobilidade urbana. A qualificação desta infraestrutura deve, assim, ser objeto das mesmas preocupações destinadas ao sistema viário em si, transferindo a responsabilidade de provimento de passeios, bem como de sua conservação ao poder público (PlanMob-Ijuí, 2010).

Por fim, é necessário também considerar que todas as questões de mobilidade urbana estão também relacionadas com os equipamentos de apoio e infraestrutura básicas, no caso do esboço do PlanMob de Ijuí (2010), os equipamentos de apoio ao transporte são considerados aqueles elementos de mobiliário urbano, infraestrutura e instalações destinadas ao conforto e segurança do usuário durante os períodos de espera nos pontos de embarque e desembarque, além de todos aqueles que contribuem para uma mobilidade urbana adequada. Sendo assim é



perceptível evidenciar que a Mobilidade Urbana é uma atividade meio sem a qual nenhuma outra se executa (Araujo,2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade urbana uma atividade, crucial para o desenvolvimento econômico e social, quando considerada para ser feita de forma sustentável e inclusiva deve ser pensadas com políticas públicas que contemplem e garantam a acessibilidade universal, a segurança viária, a integração entre os diferentes modos de transporte, o planejamento urbano voltado para o pedestre e o uso eficiente do espaço público. Considerando a correlação entre urbanização, mobilidade e infraestrutura urbana se tem um desenvolvimento mais viável de forma sustentável, pois o crescimento das cidades refere-se diretamente a denominada urbanização onde a mobilidade é primordial para que se tenha acesso às infraestruturas de determinado espaço citadino.

Sendo assim, quando se pensa em planejamento e políticas públicas de qualidade deve-se buscar uma concordância entre florescimento urbano, meio ambiente e inclusão social, também podendo levar em consideração alguns dos objetivos do desenvolvimento sustentável que são bastante abordados na atualidade. Destarte, percebe-se que quando se fala em urbanização é de suma importância que ela sempre seja relacionada com o planejamento e que para que ele seja feito de forma correta, coerente e resiliente é sempre necessário levar em consideração a necessidade dos habitantes que vivem em determinado espaço, além de analisar a viabilidade de implantação das alternativas propostas. Portanto é notável a importância da participação da sociedade em debates abertos como nas denominadas assembleias participativas onde é exposto às necessidades e problemas a serem resolvidos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Paula dos Santos Cunha. **Curso de Gestão da Mobilidade Urbana. A mobilidade urbana no Brasil: O modo cicloviário.** Disponível em: <https://antp.org.br/ensino-a-distancia-da-antp/gestao-da-mobilidade-urbana--curso/ensaioscriticos-dos-alunos-a--g.html>. Acesso em: mar 2024

BUARQUE, Sérgio. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. PCT – INCRA/IICA.Brasília, Editora Brasil, jun. 1999.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. **Desafios da mobilidade urbana no Brasil:** texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 2198, mai 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: mai 2024.



IJUÍ (RS). **Redes de mobilidade urbana no município de Ijuí, RS-PlanMob**. Disponível em: <https://www.ijui.rs.gov.br/public/admin/globalarq/cria/sub-pagina-doc/AmwKJIs.pdf>. Acesso em: mar 2024.

IPEDF. **Infraestrutura Urbana**. Disponível em: <https://ipe.df.gov.br/infraestrutura-urbana/>. Acesso: em abr. 2024.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). **World Urbanization Prospects 2018: Highlights** (ST/ESA/SER.A/421).